

A RELIGIÃO COMO INSTRUMENTO FORMADOR E MANTENEDOR DO ESTADO EM MAQUIAVEL

RELIGION AS INSTRUMENT FOR THE FORMATION AND MAINTENANCE OF THE STATE IN MAQUIAVEL

LA RELIGIÓN COMO HERRAMIENTA DE FORMACION Y EL MANTENIMIENTO DEL ESTADO EM MAQUIAVEL

SOBOLESKI, Josete¹

RESUMO: Quando Maquiavel aborda a temática da religião, não o faz de maneira teológica, mas analisa a importância da crença e a forma como é trabalhada na cultura e na política. A religião está a serviço da política, como um instrumento essencial para a formação e manutenção do Estado. Segundo ele, o governante que souber fazer uso da religião leva mais facilmente o povo à obediência. Maquiavel define duas funções para a religião: primeiramente como o *instrumentum regni* a serviço dos governantes e a segunda como caminho cívico-educativo, ou seja, trabalhando como força de persuasão em meio ao povo. No primeiro caso o fator primordial é que o governante saiba como interpretar a religião para conduzir o povo ao patriotismo. Não é a força, e sim a religião o elemento mais eficaz para levar o povo a um *vivere civile*, pois apesar do medo dos atos executados pela força bruta também levarem os homens à obediência, o temor de Deus é mais eficaz quando utilizado por um legislador que saiba conduzi-lo corretamente. A religião como papel cívico-educativo, desempenha uma função normativa, educadora, estabelece hierarquias e ordenamentos organizacionais. Ela faz uso do temor para manter a observância das leis e persuadir o povo sempre a segui-las, assim, o temor de um castigo está sempre presente. Maquiavel dirige os seus leitores a compreenderem a importância de respeitar a religiosidade de um povo para manter a república boa e unida, pois ela é capaz de cunhar nos homens um sentimento de amor e devoção à pátria. E é este sentimento de amor e devoção que levará o povo a lutar pela pátria quando for preciso.

Palavras-chave: Maquiavel, temor, religião, Estado.

ABSTRACT: When Maquiavel approaches the theme of the religion, didn't in a theological way, but analyzes the importance of the faith and the form it worked in the culture and the politics. The religion is to serve of the politics, as an essential instrument for the formation and maintenance of the State. According to him, the ruler that knows how to do use of the religion takes the people more easily to the obedience. Maquiavel defends two functions for the religion: firstly as the *instrumentum regni* to the rulers' service and second as civic-educational road, in other words, working as persuasion force amid the people. In the first case the primordial factor is that the ruler knows as interpreting the religion to drive the

¹Me. em Filosofia - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Especialista em Sociedade Inclusiva e Educação Especial pelo Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense – CTESOP. Graduada em Filosofia - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. E-mail: jo.soboleski@yahoo.com.br

people to the patriotism. It is not the force, but the religion is the most effective element to take the people to a *vivere civile*, because in spite of the fear of the actions executed by the rude force also take the men to the obedience, the fear of God is more effective when used by a legislator that knows how to drive him correctly. The religion as civic-educational paper, carries out normative, educator, establishes hierarchies and organizational orders. She always makes use of the fear to maintain the observance of the laws and to persuade the people to follow them, like this, the fear of a punishment is always present. Maquiavel drives their readers understand the importance of respecting the religiosity by the people to maintain the good and united republic, because it is capable to coin in the men a love feeling and devotion to the homeland. And is this love feeling and devotion that will take the people to struggle for the homeland when it is necessary.

Key-words: Maquiavel, fear, religion, State.

RESUMEN: Cuando Maquiavel analiza el tema de la religión, no lo hace en la forma teológica, sino que analiza la importancia de la creencia y la forma en que se trabaja en la cultura y la política. La religión es el servicio de la política, como una herramienta esencial para la formación y el mantenimiento del Estado. El gobernante que sabe cómo hacer uso de la religión lleva a la gente a obedecer más fácilmente. Maquiavel define dos funciones para la religión: en primer lugar como *instrumentum regni* al servicio de los gobernantes y la segunda forma como la educación cívica, o trabajar como una fuerza de persuasión entre la gente. En el primer caso el factor crucial es que el gobernante debe saber cómo interpretar la religión para llevar a la gente a un *vivere civile*, porque a pesar del miedo de los actos realizados por la fuerza bruta también a los hombres a la obediencia, el temor de Dios es más efectivo cuando se usa por un legislador que sabe cómo conducir correctamente. La religión como papel de la educación cívica, juega una funcione normativa, educador y establece jerarquías de lãs organizaciones y los pedidos. Se hace uso del miedo para mantener el cumplimiento com las leyes y persuadir a la gente que siempre les siguen, por lo que el miedo al castigo siempre es presente. Maquiavel dirige sus lectores a comprender la importancia de respetar la religión de un pueblo para mantener la republica buona y unida, ya que es capaz de crear em los hombres un sentido de amor y devoción a la patria. Y es este sentimiento de amor y devoción que lleve la gente a luchar por su país cuando sea necesario.

Palabras clave: Maquiavel, miedo, religión, Estado.

INTRODUÇÃO

Maquiavel nasceu na cidade de Florença em 1469. Seus comentadores o apresentam como escritor, diplomata e estudioso de política italiana, essa última, iniciada ainda quando bem jovem na biblioteca de seu pai, um jurista de pouco destaque, mas que possuía uma vasta coleção de obras políticas. Foi em casa que Maquiavel teve o seu primeiro contato com as obras de história, política, jurisprudência e leis italianas. Sua vida diplomática tem início por volta de 1498 quando, eleito pelo Grande Conselho, assumiu os cargos de secretário da Segunda Chancelaria e secretário dos Dez da Liberdade e da Paz. Ao assumir estas

responsabilidades, aumentou e aprimorou seu conhecimento de política, mas não foi neste período que escreveu suas obras mais influentes. Em 1513 foi acusado de conspiração, preso e torturado. Pouco tempo depois, já em liberdade escreve sua obra mais conhecida: *O Príncipe* e, em 1517 *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, seguido posteriormente de *A arte da guerra e História de Florença* ².

Ao estudarmos Maquiavel, num primeiro momento o que se observa são os fatos históricos que ele narra no decorrer de seus escritos, que parecem estar sempre em primeiro plano. Mas ao os analisarmos um pouco mais profundamente é possível compreendermos que ele faz uso destes exemplos para retirar deles os conceitos políticos que norteiam toda a sua obra, alcançando assim a indiscutível colocação de um pensador único, bem diferente dos que se apresentavam até então, “Nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, ele se serviu de seus conhecimentos da história antiga para pensar muitos dos temas centrais de sua filosofia política” ³. Diferente de outros filósofos políticos, Maquiavel não trabalha com o hipotético. Segundo Bignotto, ele não se preocupa em demonstrar como as coisas deveriam ser, deixando de lado o estudo de como são efetivamente. O que realmente importa, e é isso que os homens deveriam fazer é, se concentrar apenas na “verdade efetiva das coisas” (MAQUIAVEL, 2007b, p153).

Estudar a religião nas obras de Maquiavel é indispensável para compreendermos a sua teoria política, principalmente no que concerne à formação e manutenção do Estado. Quando aborda a temática da religião, não o faz de maneira teológica, mas analisa a importância da crença e a forma como é trabalhada na cultura e na política, pois conforme Leonardi, “O exercício da religiosidade é imprescindível à construção do espaço humano e das relações sociais que dela decorrem” (2007, p.10). A religião para Maquiavel está a serviço da política, como um instrumento essencial para a concepção e conservação do Estado. E, embora não trate a religião como doutrina, isso não significa dizer que Maquiavel tenha aversão a ela, apenas que seu aspecto teológico não tem importância no campo político. É também por meio dela que se torna possível desempenhar uma tarefa educativa, desenvolvendo os valores morais de um determinado povo. O governante que souber fazer uso da religião leva mais facilmente o povo à obediência das leis civis ou a qualquer outro fim que ele queira. Vale

² Atualmente estas são as obras mais conhecidas de Maquiavel, porém, quando em vida não era conhecido por ser um autor político, mas como escritor de teatro e perito da arte militar. *O Príncipe* e os *Discursos* só ficaram afamados alguns anos após sua morte.

³ Conf. BIGNOTTO, na introdução dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, obra que está referenciada na bibliografia. As menções à Bignotto encontradas neste texto referem-se a introdução desta obra.

salientar, no entanto, que Maquiavel não recomenda que o governante ou legislador faça uso da religião em benefício próprio.

Os comentadores de Maquiavel são unânimes em afirmar que ao analisar a religião, ele o faz por dois caminhos: o primeiro aponta a religião como o *instrumentum regni* a serviço dos governantes, levando o povo a obedecer por meio da coação. O segundo caminho é cívico-educativo, ou seja, trabalha como força de persuasão em meio ao povo, e, dessa última ação dependerá a duração de um Estado ou governo. Ambos os caminhos, no entanto, tem a mesma função e acontecem ao mesmo tempo dentro da teoria política maquiaveliana: manter a paz e a ordem do Estado. A religião torna-se desta forma um instrumento imprescindível para a política. Inicialmente tentaremos compreender o que isto significa.

POLÍTICA E RELIGIÃO EM MAQUIAVEL

A religião é descrita por Maquiavel como instrumento de governo ou *instrumentum regni* é utilizada para garantir a ordem social, uma ferramenta a ser utilizada no sentido de favorecer os atos políticos. Aqui, é importante que o governante seja um bom intérprete dos sinais que a religião apresenta, pois a segurança do Estado e o patriotismo do povo dependerão disso. Como mostra Ames, “a religião é um elemento de grande eficácia política que deve ser manejada com astúcia pelo chefe do Estado para manter as instituições e a moralidade pública e para assegurar melhor a defesa da pátria” (2002, p.200). Não é a força bruta, e sim a religião o elemento mais eficaz para levar o povo a um *vivere civile*. No entanto, o temor de Deus só é eficaz quando utilizado por um governante que possa conduzi-lo corretamente, que saiba direcionar o sentimento religioso para as situações em que o Estado e os seus cidadãos sejam os beneficiados.

O conhecimento, a cerca das diferenças entre o que é lei divina e o que é uma regra política pertence ao governante, já que o povo não consegue diferenciá-las da forma apropriada. A religião pode ser utilizada pelo governo quando a razão não é suficiente para persuadir o povo: “... a religião, considerada por seu valor instrumental, é fonte da moral necessária à ordem pública e à eficácia do Estado. É um fenômeno irracional, mais poderoso sobre o espírito da plebe do que a própria razão...” (AMES, 2002, p.201). Se uma lei for apresentada ao povo apenas como lei estabelecida pelo legislador ela não atingirá o objetivo almejado por ele de forma eficaz, mas, se for apresentada ao povo como um mandamento divino ela é recebida facilmente:

E, de fato, nunca houve ordenador de leis extraordinárias, em povo nenhum, que não recorresse à Deus; porque de outra maneira elas não seriam aceitas: pois há muitas boas coisas que os homens prudentes conhecem, mas que não tem em si razões evidentes para poderem convencer os outros. Por isso, os homens sábios que querem desembaraçar-se dessa dificuldade, recorrem à Deus. (MAQUIAVEL, 2007a, p.50).

Aqueles que comandam são conhecedores das coisas naturais e sabem como interpretar a religião. Por este motivo, não podem ser julgados se por ventura manipularem o povo, fazendo uso de crenças, para que este permaneça unido e obediente. O governante sabe o que é preciso fazer para que a sua nação fique protegida, sabe quando deve utilizar a religião para fins coletivos e como a interpretar perante o seu povo. Se deixar o povo tomar por decisão divina uma decisão que é sua não deve ser julgado como um manipulador ou como pessoa desprovida de ética ou moral. Deve ser julgado pela habilidade de conseguir ou não convencer o povo, porque aqueles que governam sabem da autoridade que um suposto mandamento divino, apresentado como sendo real tem sobre os homens. Conforme Ames (2006), a real natureza da questão religiosa é canalizar os sentimentos que ela suscita nos homens em uma direção politicamente útil e construtiva. Isso legitima a dissimulação do legislador na interpretação dos sinais supostamente divinos em favor da religiosidade coletiva, mas apenas quando o benefício for comum a todos ou à grande maioria. Do contrário, o povo pode perder a fé na mensagem e passar a não acreditar mais no seu governante, provocando a desordem.

Maquiavel apresenta novamente a religião como um instrumento politicamente útil quando relembra o uso que os romanos faziam dos juramentos, independente das razões para tal motivação serem verdadeiras ou não⁴, pois:

E quem examinar as infinitas ações do povo de Roma em conjunto ou de muitos dos romanos individualmente, verá que aqueles cidadãos temiam muito mais violar o juramento que as leis, porquanto, estimavam mais o poder de Deus que o dos homens, como se vê claramente dos exemplos de Cipião e Mânlio Torquato (MAQUIAVEL, 2007a, p.49).

Aproveitando-se dessa religiosidade do povo (entende-se temor de Deus) e visando um bem coletivo, aqueles que comandam, estabelecem uma sutil ligação entre este temor e as obrigações políticas, porque o medo de infringir uma lei divina é muito maior do que descumprir uma lei estabelecida pelo legislador. Assim a religião torna-se mais eficiente que a força das leis humanas no controle e organização do povo. O temor de que Deus volte para o homem a sua ira, faz com que ele procure sempre cumprir as leis e vigie para que nenhum

⁴ Desde que seja em benefício de um bem coletivo, a religião, não precisa ser verdadeira. Se a falsidade do ato for eficaz para o Estado, o seu uso religioso é adequado e, até recomendado por Maquiavel.

outro deixe de fazê-lo, pois para o povo, o que Deus ordena é sempre maior do que aquilo que é ordenado pelos homens.

Para Maquiavel, a religião consente por parte daqueles que governam uma repressão ao povo, que por sua vez, está baseada no timore di dio. Como este temor está interiorizado no povo, de acordo com Leonardi, a única coisa que os governantes precisam fazer é introduzir a religião no ordenamento social. Utilizando-se do fator de que os mandamentos de Deus são superiores às ordens do governante, o que este precisa fazer é educar os seus governados para que obedeçam as suas leis na mesma medida em que temem a Deus (2007, p.54). O povo respeita as leis, não porque é obrigado externamente a isso, mas porque as aceita como um valor moral e, como é educado na religião aceita o bem público como sendo seu bem também.

Já a religião como papel cívico-educativo, desempenha segundo Fornazieri, uma função normativa, educadora, estabelece hierarquias e ordenamentos organizacionais. É o costume de um povo. Ela faz uso do temor para manter a observância das leis e persuadir o povo sempre a segui-las, o temor de um castigo está, portanto, sempre presente:

A força integradora, normativa, ordenadora e organizacional das religiões, que se expressa nos seus valores, ritos, símbolos e linguagem, se funda, quase sempre, no mesmo princípio que funda o poder político: o temor e a esperança. Tal como o poder político, essa força das religiões não permanece apenas condicionada ao seu fundamento, mas se projeta e enraíza na consciência ética e moral do povo. Desta forma, a religião constitui um ordenamento moral pré-normativo e pré-estatal, tanto no sentido histórico quanto no sentido lógico (FORNAZIERI, 2006, p.117).

O temor que Fornazieri se refere pode ser tanto o medo de um castigo qualquer, como um profundo respeito aos fatos ou forças não controláveis pelo povo. Os legisladores romanos são citados por Maquiavel como os que melhor souberam fazer uso da religiosidade do seu povo, pois perceberam que ela trazia consigo os bons costumes, o respeito ao que é sagrado, às leis e à pátria. Como consequência do respeito e da fé ao sagrado, o povo era corajoso e fiel. Neste sentido, Maquiavel observa o quanto é importante para um governante respeitar a religiosidade do seu povo para manter a república boa e unida, pois ela é capaz de cunhar nos homens um sentimento de amor e devoção à pátria. E é este sentimento de amor e devoção que levará o povo a lutar pela pátria quando for preciso, já que desconsiderar os costumes e a religião de um povo é desviá-lo do princípio político de paz e civilidade. Será considerado um homem virtuoso aquele que souber fazer uso da religião e tirar proveito dela junto ao povo:

O povo conhece a religião e a sua “verdade” através das cerimônias, ritos e interpretações das lideranças religiosas e sociais. Na medida em que este conhecimento está fundado na fé, trata-se de um fundamento irracional. Já a autoridade política e o legislador e, eventualmente, o sacerdote, conhecem a religião de forma racional. O estadista e o legislador se forem sábios e esclarecidos, iniciados no saber científico, poderão conhecer e concluir pela falsidade dos fundamentos religiosos. Mesmo assim, se a religião cumpre suas funções de educar os homens para um viver normativo e favorecem a cultura do ativismo cívico, o estadista e o legislador devem favorecê-la e não desacreditá-la (FORNAZIERI, 2006, p.120).

Se os cerimoniais religiosos (dos antigos e dos pagãos) eram usados pelos legisladores para estimular a coragem dos homens, bem como, o espírito público, o mesmo não ocorria com o cristianismo da época de Maquiavel, que tinha um caráter mais individualista, particular. Essa crítica ao cristianismo ocorre pela desordem política que ele causou, que ao contrário da religião romana não provocou civilidade no povo. Martins afirma que a primeira função da religião é trazer o povo para a obediência civil. A condição de um povo sem religião é comparada por ele ao estado de natureza de Hobbes, “haveria um Estado de ferocidade e violência, de conflitos movidos por interesses outros que não o bem da cidade” (2007, p.124). Colocado desta maneira, é possível entender como a religião leva o povo a temer e obedecer aqueles que os governa, a obrigação com o que é sagrado passa para o campo da política e das leis. Isso não ocorreu com o cristianismo e com os modernos porque estes não respeitaram as qualidades religiosas do seu povo.

O temor de um castigo, por sua estreita relação com a religião, é assim como ela, interno de cada homem, e é tão intenso que o faz aceitar o que está sendo ordenado pelos que governam, e por este motivo acatam e juram obediência comprometendo-se com o objeto de interesse do Estado. O juramento é muito utilizado pelo governante, pois uma vez que o povo tenha jurado, comprometesse com Deus e disso não se pode escapar, já que ninguém quer enfrentar a ira de Deus. Mas, é importante que o juramento esteja ligado à religião, pois do contrário o povo pode querer vingar-se. O juramento sem o caráter religioso ocorrerá apenas quando tiver utilidade para aquele que está jurando. Esse tipo de juramento, no entanto, não é encontrado nas obras do florentino, todos os exemplos que ele dá estão relacionados à religião e ao temor de Deus.

O medo não é abordado por Maquiavel como um dos termos principais nas suas obras, como é por Hobbes⁵, mas como está relacionado à religiosidade do povo, isso nos permite compreender melhor as relações de poder e domínio exemplificado muitas vezes ao longo de seu trabalho. Sánchez-Parga, no livro *Poder y política en Maquiavelo*, também apresenta-nos

⁵ Refere-se a passagem em que o filósofo inglês trabalha o medo como uma das paixões capazes de levarem os homens a instituírem um Estado.

o temor e o medo como categorias do poder e da política. Inicialmente nos mostra as conseqüências psicológicas do seu uso, tornando-o como já vimos anteriormente, uma condição e um recurso muito utilizado para demonstrar poder e conduzir o povo para a ação política. Sánchez-Parga também nos lembra que para Maquiavel não é aconselhável um governante ou líder agir sem ter conhecimento das condições de temor e medo, pois são eles os meios intermediários das relações de poder, dominação e prática política e é através da sua utilização que muitas vezes o Estado se mantém ou é prejudicado:

Não se deve atuar, sem reconhecer as condições de temor ou de medo, nelas se debatem os atores políticos, já que os temores e os medos operam também como meios da relação de poder, e instrumentos da ação política. Como os outros comportamentos, também os psicológicos são condições e recursos de poder, e instrumentos da ação política. E ainda que refletíssemos politicamente sobre o temor e o medo, enquanto objetos ou fatos políticos, teríamos que reconhecer desde os seus pressupostos teóricos, que ali onde há temor e medo se deve pensar em relações de poder (SÁNCHEZ-PARGA, 2005, p. 202)⁶.

Para Sánchez-Parga, o medo define a condição do dominado, talvez seja este o real motivo, para que aqueles que governam saibam utilizar a religião a seu favor para que o seu povo não se sinta amedrontado sem necessidade. Uma vez que Maquiavel no capítulo 45 do primeiro livro dos Discursos afirma também ser prejudicial “a uma república ou a um príncipe manter aflitos e amedrontados os ânimos dos súditos com contínuas penas e ofensas”. A religião não está completamente à disposição daqueles que governam, é preciso saber usufruir dela com cautela para que o povo não perceba que está sendo manipulado, pois se isso ocorrer, “o povo pode até continuar submisso, mas já não será por um amor cívico e sim pela coação nascida da força das armas ou da ameaça do castigo eterno [...] a conseqüência inevitável é a decadência do *vivere civile*” (AMES, 2006), e isso pode ser comprovado em Maquiavel:

E, sem dúvida, não pode haver ordenação mais perniciosa: porque os homens que começam a temer males que possam vir a sofrer garantem-se de todos os modos nos perigos e tornam-se mais audazes e menos cautelosos para tentarem coisas novas. Por isso, é necessário nunca ofender ninguém, ou então ofender de um a só vez, para depois tranqüilizar os homens e dar-lhes razões para que seu ânimo se aplaque acalme (MAQUIAVEL, 2007a, p.136).

Não permitir a corrupção é outro papel da religião. Quem despreza a religiosidade de um povo, de certa forma está correndo o risco de ter um Estado corrupto, pois a religião valoriza os bons costumes e estes, levam à unidade do Estado. Ou seja, ela ajuda na manutenção do poder, tornando-o mais forte e duradouro, pois quando bem empregada e

⁶ Tradução nossa.

respeitada, serve para manter ou reformular _ em caso de um Estado corrompido_ os costumes e a moral. Um exemplo de que a religião pode formar o caráter de um povo através dos bons costumes, é apresentado por Maquiavel quando fala da religião fundada por Numa em Roma. Ele, ao contrário de muitos que tentavam controlar o povo pela força, foi mais sábio e buscou o caminho inverso: através do uso da religião conseguiu, sem o uso da força bruta levar o povo para um ordenamento civil.

CONSIDERAÇÕES

Quando o povo reconhece determinada lei e a obedece, o faz em virtude da religiosidade que tem em si mesmo e do caráter moral que ele emprega a esta lei. Essa moral não é exigida pelo governante ou legislador, mas advém da educação e dos bons costumes, trazidos com a religião, é interna do homem. Um povo corrupto tem antes de tudo, a sua religiosidade mal trabalhada. Da religião nascem os bons costumes e a devoção para com o Estado e, de um povo devotado não se espera outra coisa senão a obediência às leis estabelecidas.

Considerando os assuntos levantados até aqui, podemos observar que a religião, é um importante instrumento de formação e manutenção do Estado. Quando respeitada e bem empregada pelo governante, faz com que o povo tenha uma boa formação dentro dos costumes e da moral e que devote amor à sua pátria. Um povo com sua religiosidade cultivada, educado pelas leis do seu governante, dificilmente se tornará corrupto. Por isso a importância daqueles que comandam respeitarem a religião, eles podem não acreditar nela, isso para Maquiavel é até melhor, mas não podem desprezá-la. A religião em si pode não ser a única garantia da manutenção de um Estado, mas sem ela o Estado também teria dificuldades para se manter ordenado.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia primária:

MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *O Príncipe*. São Paulo: Hedra, 2007.

Bibliografia secundária:

- AMES, José L. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- _____. *Religião e política no pensamento de Maquiavel*. *Kriterion*, Belo Horizonte, n.113, Jun/2006. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acessado em 27/02/2010.
- FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o bom governo*. 2006. Tese de Doutorado. USP. São Paulo
- LEONARDI, Evandro M. *Entre o elogio e a censura: o lugar da religião no pensamento de Nicolau Maquiavel*. 2007. Dissertação de Mestrado. Unioeste. Toledo
- MARTINS, José A. *Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. 2007. Tese de Doutorado. USP. São Paulo.
- SÁNCHEZ-PARGA, José. *Poder y política en Maquiavelo*. 1ª edição. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 2005.